



Congresso Distrital dos Empregados da CAIXA

é dias 1º e 2 de julho. Inscreva-se

Condições de trabalho, Saúde Caixa, Funcef/ Aposentados, segurança bancária e Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon). Esses são alguns dos principais temas que serão discutidos pelos bancários no Congresso Distrital dos Empregados da Caixa Econômica Federal, que o Sindicato promove nos próximos dias 1º e 2 de julho em mais uma importante etapa de organização da Campanha Nacional 2011.

“O Congresso Distrital é o espaço democrático, aberto pelo Sindicato, onde os empregados da Caixa poderão aprofundar as demandas, incluir sugestões e se preparar para mais uma campanha nacional”, observa Wandeir Severo, diretor do Sindicato e empregado da Caixa. Desde o início do ano, o Sindicato tem intensificado as discussões da Campanha Nacional com a categoria nas diversas reuniões realizadas nos locais de trabalho (leia na página 4).

No Congresso Distrital serão debatidas e definidas as propostas específicas de Brasília que serão levadas para o 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), marcado para os dias 9 e 10 de julho em São Paulo, de onde sairá a minuta final de reivindicações que será entregue ao banco. No encontro também serão eleitos os delegados que representarão os bancários do DF no 22º Congresso Nacional.

A abertura do evento, conjuntamente com o início do Congresso Distrital dos Funcionários do Banco do Brasil, ocorre na sexta-feira, dia 1º, às 19h30, na sede do Sindicato, com uma análise de conjuntura e bancos públicos. No sábado 2, o encontro acontece no prédio da Legião da Boa Vontade (915 Sul), das 9h às 14h (veja programação).

Os empregados já podem se inscrever para o Congresso acessando o site do Sindicato (www.bancariosdf.com.br) e pre-

enchendo o formulário disponível.

“A participação de todos os bancários nos diversos eventos realizados pelo Sindicato, como o Congresso Distrital da Caixa Econômica Federal, é de fundamental importância nesse momento de preparação para a Campanha Nacional, de modo a somar forças em busca de novas conquistas”, avalia o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

27º Congresso Nacional

O 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef) acontecerá nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo. São esperados 406 delegados, entre empregados da ativa e aposentados, além de observadores. O Conecef vai consolidar a pauta de reivindicações dos empregados, bem como discutir a empresa que a sociedade brasileira precisa.

Assim como no encontro distrital, no Conecef os temas centrais de discussão vão girar em torno da organização do movimento, saúde do trabalhador, condições de trabalho, Saúde Caixa, Funcef/ Aposentados, segurança bancária, correspondente bancário, jornada de trabalho, Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon), conselheiro representante e igualdade de direitos entre novos e antigos empregados.

PROGRAMAÇÃO

**Dia 1º de julho –
Na sede do Sindicato
(EQS 314/315 –
Asa Sul)**

19h30 às 21h30 – Abertura conjunta com o Congresso Distrital dos Funcionários do Banco do Brasil, seguida de painel sobre conjuntura e bancos públicos

**Dia 2 – No prédio da Legião
da Boa Vontade (915 Sul)**

9h – Café

9h30 – Debate sobre saúde

10h45 – Debate sobre previdência

12h – Debate sobre remuneração e condições de trabalho

14h – Assembleia, com a escolha de delegados

Empregados cobram agilidade na incorporação do REB ao Novo Plano

O Conselho de Administração da Caixa não aprovou as regras para incorporação do REB ao Novo Plano da Funcef na reunião do último dia 16 de junho. A Caixa precisa fazer algumas alterações para nova apreciação. Nova reunião está prevista para a primeira quinzena de julho.

Desde 2009, o Conselho Deliberativo da Funcef já havia aprovado a incorporação e cobra da

Caixa resolução do impasse. A aprovação também no Conselho de Administração da Caixa foi exigência do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). Depois de aprovada no Conselho de Administração, a incorporação do REB ao Novo Plano precisa voltar para o Dest e ser homologada pela Previc.

A incorporação atinge uma média de 13 mil participantes do

REB que poderão se beneficiar das vantagens oferecidas pelo Novo Plano. “Os participantes do REB estão acumulando prejuízos e cobramos agilidade da Caixa para resolver as pendências. Queremos garantir para este ano a incorporação”, afirma Fabiana Matheus, conselheira deliberativa eleita da Funcef.

Durante a reunião do dia 15, o Conselho Deliberativo da Funcef acompanhou a apresentação

das Informações Corporativas referentes ao primeiro trimestre de 2011, aprovou o cumprimento da quarentena pelos ex-dirigentes e a reformulação da Programação Econômico-Financeira deste ano. Aprovou ainda a revisão do Código de Conduta Corporativa da Fundação e a indicação de conselheiros para os Conselhos de Administração das empresas Valepar e Litel, nas quais a Funcef detém participação societária relevante.

INSS

Novo modelo prevê dispensa de perícia para afastamentos de até 120 dias

O governo anunciou para o início de 2012 um novo modelo para concessão do auxílio doença. Uma das alterações que serão promovidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prevê a dispensa de perícia para quem entrar com pedido de afastamento de até 120 dias por motivo de doença. A proposta ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) para começar a vigorar.

A medida é vista como positiva pelas entidades representativas dos trabalhadores, mas há a necessidade de se buscar soluções para os afastamentos por acidente de trabalho, não incluídos

na proposta governamental. “Reconhecemos o avanço no caso do auxílio doença, porém estamos alertas para a continuidade da emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e da perícia médica nos casos de acidente de trabalho”, afirma Fabiana Uehara Proscholdt, secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato.

As entidades sindicais estão atentas para que a não obrigatoriedade da perícia abra possibilidade para que os trabalhadores sejam conduzidos a optar pelo não enquadramento como acidente de trabalho. Com isso, o empregado não poderá usufruir de direitos previstos para os casos de auxílio

doença acidentário, tais como a manutenção do recolhimento da empresa para o FGTS durante o afastamento e a estabilidade de 12 meses no emprego após o retorno ao trabalho.

As novas regras atingem apenas os segurados obrigatórios, ou seja, empregado, contribuinte individual, avulso, doméstico e segurado especial, que estejam em atividade nos últimos 36 meses antes do requerimento do benefício. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), porém, propõe alterações a diminuição do prazo para 12 meses de contribuição mínima ao INSS para que o trabalhador possa ser enquadrado no novo modelo.

CUT vai mobilizar trabalhadores para barrar tramitação de projetos sobre terceirização

Contra os 17 parlamentares que aprovaram na Comissão do Trabalho o Projeto de Lei 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que escancara a terceirização e legaliza a precarização do trabalho, dezenas de trabalhadores, incluindo os bancários, lotaram o plenário 13 da Câmara dos Deputados durante a audiência da Comissão Especial sobre a Regulamentação do Trabalho Terceirizado realizada na quarta-feira (15), em Brasília. Maior central da América Latina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promete intensificar a mobilização em todo o país para interromper a tramitação de todas as 25 propostas que tratam do tema na Casa.

“É necessário realizar um amplo diálogo social sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social que nós queremos para o Brasil, antes de apressar a aprovação de um projeto de terceirização que pode trazer enormes prejuízos para a classe trabalhadora”, afirmou o presidente da CUT, Artur Henrique. “Esse tipo de terceirização que estão querendo regularizar no Brasil vai contra os direitos trabalhistas”, acrescentou.

Entre os 25 PLs que regulamentam a terceirização que estão tramitando na Câmara, estão o 4330/04, aprovado na semana passada, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; o 4302/98, apresentado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; e o 1621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP).

Vicentinho também polemizou ao observar que “o olhar empresarial quer sempre encontrar uma forma de ganhar mais dinheiro”. “Do outro lado, estão os trabalhadores terceirizados, que não conseguem comer nos mesmos restaurantes frequentados pelos demais funcionários e tampouco moram nos mesmos bairros dos outros colegas”, disparou. “É um conflito de classe. Dá para perceber um trabalhador terceirizado pelo jeito de andar, de vestir. A Câmara não pode cometer esse grave equívoco de legalizar a precarização dos direitos trabalhistas. Deus



Diretores do Sindicato marcam presença em audiência pública que discutiu efeitos negativos da terceirização

me livre dessa Casa aprovar esse projeto”, concluiu.

Relator da Comissão Especial, o deputado Roberto Santiago (PV-SP) também deu a entender que não concorda com o projeto 4330/04. “Está errada essa história de poder tudo na terceirização. Não pode tudo. Temos de construir uma proposta dentro de uma lógica para evitar que os trabalhadores sejam tratados como insumos do capital. Eles são parceiros do capital”, destacou. Ao lembrar o aumento da terceirização em todos os setores, inclusive na Câmara dos Deputados, o parlamentar brincou ao afirmar que “agora só falta terceirizarem os deputados”. Santiago deve apresentar seu parecer no final de agosto.

Apoiada abertamente pelos empresários, a proposição de Sandro Mabel institui a responsabilidade subsidiária, segundo a qual o trabalhador terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da tomadora de serviços quando esgotados os bens da empresa prestadora, no caso de falência, por exemplo. Mabel, que também é empresário, tem interesse na aprovação do projeto de sua autoria. Dono do quinto maior patrimônio declarado da Câmara dos Deputados, com R\$ 70,9 milhões, Sandro Mabel é proprietário da fábrica de biscoitos e rosas Mabel.

A terceirização mata

Logo depois de defender a posição da CUT sobre a terceirização, Artur Henrique disse que, como está hoje, o processo representa a precarização do trabalho no país. Ele defendeu a solidariedade quanto aos direitos trabalhistas. “A responsabilidade solidária é a garantia de que as empresas sejam responsabilizadas quando contratam prestadoras de serviço.”

O presidente nacional da CUT ressaltou ainda que a terceirização mata e os números comprovam isso. Na Petrobras, em 2009, houve sete mortes em situações de trabalho - seis eram trabalhadores terceirizados; em 2010, foram nove mortes, sendo seis de terceirizados. Na Vale, são registrados em média 13 óbitos por ano, sendo que 8 são de trabalhadores terceirizados.

No setor elétrico, a situação é mais grave ainda: a taxa de mortalidade dos terceirizados do setor é 3,21 vezes maior: foi de 47,5 por grupo de 100 mil. Já a taxa entre os trabalhadores diretos foi de 14,8.

A explicação, segundo Artur, está, principalmente, na falta de treinamento e no número reduzido de trabalhadores. “A terceirização é responsável pelo aumento das mortes, acidentes de trabalho e de

doenças profissionais e vem sendo utilizada pelo capital para precarizar as condições de trabalho, reduzir custos e enfraquecer o movimento sindical, criando milhares de sindicatos de gaveta”.

Citando dados de uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Artur Henrique mostrou como a terceirização age na precarização do trabalho. De acordo com o levantamento, o trabalhador de empresa contratante recebe em média um salário de R\$ 1.444, enquanto que o de uma empresa terceirizada é de R\$ 799. Portanto, o trabalhador de empresa terceirizada recebe 55% menos, e com jornadas maiores de trabalho. Além disso, 46% desses trabalhadores não recolhem para a Previdência Social, 34% são jovens e 40% são mulheres.

Sindicato marca presença

Representaram o Sindicato dos Bancários de Brasília na audiência os diretores Wadson Boaventura e Antônio Abdan, funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, respectivamente. “A reunião foi muito proveitosa porque os trabalhadores puderam expor sua visão”, disse Boaventura. “No caso dos bancários, a terceirização também é extremamente prejudicial. Os correspondentes bancários, que trabalham como bancários, mas recebem salários inferiores e cumprem jornada em ambientes inapropriados, sem qualquer segurança, são o retrato da terceirização cruel que afeta nosso país”, acrescentou Abdan.

Ex-presidenta do Sindicato, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) também marcou presença na audiência pública. A parlamentar conversou com trabalhadores e demonstrou preocupação com a aprovação dos projetos sobre terceirização que tramitam nas comissões da Câmara dos Deputados.

CTVA

Sindicato ingressa com ação de interrupção de prescrição

O Sindicato ingressou na Justiça no dia 15 com ação de protesto interruptivo de prescrição para os pedidos de bancários da Caixa Econômica Federal de inclusão de CTVA, CTC ou piso de mercado nos cálculos de saldamto do Reg/Replan. A medida está prevista na legislação brasileira como forma de interromper a contagem de prazo para ingresso com ação judicial.

Com isso, fica renovado o prazo, até 14 de junho de 2016, para o ingresso de processos requerendo a inclusão de CTVA, CTC ou utilização do piso de mercado, no caso em que o empregado manteve contribuição na forma de autopatrocínio. A medida é válida para os empregados que aderiram ao saldamto, cujo fechamento ocorreu em 31 de agosto de 2006. A Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, desconsiderou o piso de mercado para o cálculo do benefício saldamto, deixando de incluir o CTVA ou o CTC para os bancários cedidos.

A assessoria jurídica do Sindicato está à disposição de todos os interessados para o ingresso

imediato com a ação do CTVA no saldamto do benefício Funcef, devendo encaminhar e-mail para agendamento de atendimento (sejur@bancariosdf.com.br) ou ligar no 3262-9001.

Mudanças no PSI

Os empregados e a direção da Caixa Federal participaram de reunião para tratar de alterações no Processo Seletivo Interno (PSI). Um dos pontos de avanço nas discussões foi a questão da acessibilidade de empregados deficientes visuais aos cursos oferecidos pela Universidade Caixa.

De acordo com Plínio Pavão, secretário de Saúde da Contraf-CUT, por razões tecnológicas os deficientes visuais estão impossibilitados de participar dos cursos. "Isso os coloca em uma posição de desvantagem em relação aos demais empregados", afirma. A Caixa se comprometeu, conta o dirigente sindical, a verificar junto à área de tecnologia os recursos necessários para suprir a demanda.

PCS

A comissão paritária do PCS, criada para debater e formular uma proposta de critérios para promoção por merecimento na Caixa Econômica Federal, se reuniu no dia 9 de junho, em Brasília. No encontro, os representantes dos trabalhadores e da empresa não chegaram a um acordo e nova reunião ficou marcada para os dias 20 e 21 de junho, também na capital. Brasília tem representante na comissão, que é apenas consultiva. A decisão final sobre os temas cabe à mesa de negociação permanente, na qual os bancários do DF também estão representados.

Segundo Antônio Luiz Fermino, representante dos empregados, o objetivo é fechar o pacote de critérios da promoção por merecimento em 2011 antes do dia 28 de junho, quando haverá nova mesa de negociação permanente da Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa) com a empresa.

Sindicato intensifica reuniões nas agências

O Sindicato tem realizado uma série de reuniões com os empregados da Caixa para debater assuntos de interesse da categoria. Ao longo das duas últimas semanas, foram realizados encontros na CN Desenvolvimento de TI Brasília - DF e nas agências Ceilândia Centro, Dom Bosco e Planaltina. Foram debatidos os temas centrais da Campanha Nacional 2011, a eleição dos delegados sindicais e a necessidade de mobilização de todos os bancários.

A segurança bancária, a Saúde Caixa, a remuneração, a terceirização, o sistema financeiro e a previdência são alguns dos itens que fazem parte da Campanha e que também foram discutidos com os trabalhadores. As reuniões ainda trataram sobre a necessidade de aprofundamento dos debates em torno das condições de trabalho e saúde do trabalhador,



Empregados da Caixa da agência Dom Bosco recebem a visita do diretor do Sindicato Wandeir Severo e do diretor da Fetec-CN José Herculano, o Bala

destacando o problema das metas abusivas, do assédio moral e trabalho extraordinário.

A eleição dos delegados sindicais - elo entre o Sindicato e a categoria no ambiente de trabalho - e a necessidade de mobilização para

fazer um movimento forte e arrancar da empresa o devido reconhecimento para os trabalhadores são preocupações constantes do Sindicato e também foram abordados.

"As discussões em torno da Campanha estão se intensificando em

todo o DF. Este é o momento em que mais devemos estar unidos e participando dos acontecimentos, para que, por meio da unidade, façamos chegar à empresa as nossas reivindicações", destaca Enilson da Silva, diretor do Sindicato.